

MEN TORIA

SIMBORA PASSAR



**Comentários Prof. Assis Maia – LC 122/94-RN
SESAP – IDECAN – SUPERIOR – TIPO A**

21. (2025/IDECAN/SESAP/Superior) A Administração Pública, ao constatar possíveis irregularidades cometidas por um servidor público estadual, deve instaurar um processo disciplinar para apuração dos fatos e aplicação das sanções cabíveis. Considerando as normas previstas na Lei Complementar nº 122/1994 sobre o processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

(A) A comissão responsável pela condução do processo disciplinar é composta por três servidores públicos, sendo necessário que pelo menos dois deles tenham formação em Direito para garantir a legalidade do procedimento.

ERRADA. A comissão de processo disciplinar será composta por três servidores estáveis, não havendo qualquer exigência quanto à formação jurídica.

(B) O processo disciplinar possui natureza sigilosa em todas as suas fases, de modo que nem mesmo o servidor indiciado ou seu procurador podem ter acesso aos autos antes da conclusão do relatório final da comissão processante.

ERRADA. A comissão deve assegurar o sigilo necessário à elucidação dos fatos. Suas reuniões, inclusive, terão caráter reservado. Porém, sobretudo na fase do inquérito, deve ser respeitado o princípio do contraditório e assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito. Frise-se que é assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

(C) O prazo para a conclusão do processo disciplinar é de 90 dias, contados da data da instauração, sendo vedada qualquer prorrogação, ainda que existam circunstâncias que justifiquem a necessidade de maior tempo para a apuração dos fatos.

ERRADA. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não deve exceder a 60 dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

(D) Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode afastar o servidor do cargo por até 60 dias, sendo mantida a sua remuneração, salvo se o processo envolver alcance ou malversação de dinheiro público sem reposição imediata dos valores.

CORRETA. É o que estabelece o art. 157 c/c art. 48, I da LC 122/94. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 dias, sem prejuízo da remuneração, salvo quando se tratar de alcance ou malversação de dinheiros públicos. Nessa situação, o afastamento seria sem remuneração (a não ser que o servidor reponha imediata e integralmente os valores).

(E) Se o servidor indiciado não apresentar defesa no prazo legal, será automaticamente considerada sua confissão quanto aos fatos imputados.

ERRADA. Considera-se revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal. Em acontecendo isso, não há se falar em confissão. Muito pelo contrário. A autoridade instauradora designará um defensor dativo para elaborar a defesa do servidor.

22. (2025/IDECAN/SESAP/Superior) A remuneração dos servidores públicos está sujeita a normas específicas quanto a reposições, indenizações e eventuais restrições legais. Sobre esse tema, considerando a Lei Complementar nº 122/1994, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

(A) O servidor exonerado, demitido ou que tiver sua aposentadoria cassada tem 60 dias para quitar seu débito com o erário, sob pena de inscrição na dívida ativa.

CORRETA. É exatamente o que estabelece o art. 51 da LC 122/94.

(B) Caso um servidor tenha valores a restituir ao erário, a Administração pode descontar o montante integralmente de sua última remuneração antes da exoneração.

ERRADA. Não se desconta integralmente da última remuneração. Na verdade, as reposições e indenizações ao erário público são descontadas em parcelas mensais não superiores à décima parte da remuneração do servidor, em valores atualizados. E em sendo exonerado, o ex-servidor terá 60 dias para pagar o débito.

(C) A consignação em folha de pagamento a favor de terceiros é inadmissível, mesmo mediante autorização do servidor, uma vez que nenhum desconto deverá incidir sobre a remuneração.

ERRADA. Mediante autorização do servidor, é admissível SIM, a consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com ressarcimento de custos, na forma estabelecida em regulamento. Vide empréstimos consignados.

(D) A remuneração do servidor pode ser penhorada em qualquer situação judicial, independentemente da natureza da dívida, desde que haja decisão definitiva.

ERRADA. A remuneração não está sujeita a arresto, sequestro ou penhora. Essa é a regra. Só há uma exceção prevista na lei: casos de prestação de alimentos fixados em decisão judicial.

(E) Caso o servidor tenha débitos pendentes com o erário, a exoneração extingue automaticamente a obrigação de pagamento, não podendo a Administração inscrevê-lo na dívida ativa.

ERRADA. Vide Alternativa "A".

23. (2025/IDECAN/SESAP/Superior) Analto sempre foi um servidor dedicado e exemplar, atuando há mais de dez anos em uma repartição pública estadual. Contudo, sua rotina profissional sofreu uma reviravolta quando sua esposa, aprovada em um concurso público estadual, foi nomeada para atuar em outra cidade. Diante dessa situação, Analto ficou dividido entre continuar no seu local de trabalho ou buscar uma forma de acompanhar sua família. Ao procurar informações sobre seus direitos, ele descobriu que a legislação estadual prevê hipóteses de remoção. Animado, ele decidiu solicitar sua mudança para a nova localidade, mas foi surpreendido por questionamentos da Administração Pública sobre a viabilidade de sua solicitação. Diante desse cenário, com base na Lei Complementar nº 122/1994, assinale a alternativa correta sobre a remoção de servidores públicos estaduais.

(A) A remoção de Analto, por motivo de acompanhamento de sua esposa, só será viável caso haja uma vaga disponível na nova localidade.

(B) A remoção de Analto não poderá ser realizada, pois a legislação exige que a mudança seja feita por motivo de saúde do servidor ou de seu dependente, e não por acompanhamento de cônjuge.

(C) A remoção de Analto só poderá ser realizada a pedido do servidor, sendo vedada a remoção de ofício, mesmo que o servidor precise acompanhar sua esposa.

(D) A remoção de Analto poderá ocorrer, mas apenas se a Administração Pública comprovar a necessidade de seu deslocamento para o novo setor de trabalho, o que não é o caso, pois ele apenas deseja acompanhar a esposa.

(E) A remoção de Analto pode ser solicitada independentemente de vaga disponível na nova localidade, uma vez que ele tem direito de acompanhar sua esposa, conforme previsão legal.

COMENTÁRIO CONJUNTO

Dá-se o nome de REMOÇÃO ao deslocamento do servidor para outro setor de trabalho, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Ela pode ser de ofício, quando comprovada a necessidade do serviço, ou a pedido. Esta última pode se dar, dentre outras hipóteses, quando necessário ao servidor acompanhar cônjuge ou companheiro. Nesse caso a remoção é concedida independentemente da existência de vaga. É exatamente esse o caso narrado na questão. Por tudo que foi dito e considerando o previsto no art. 36 da LC 122/94, correta a Letra E.

24. (2025/IDECAN/SESAP/Superior) Conforme a Lei Complementar nº 122/1994, é correto afirmar que a penalidade de suspensão aplicada ao servidor público estadual do Rio Grande do Norte:

(A) Pode ser aplicada pelo prazo máximo de 120 dias e, em casos de conveniência para o serviço, convertida em multa correspondente a 30% do vencimento do servidor.

ERRADA. A penalidade de suspensão não pode exceder a 90 dias. Quanto à possibilidade de conversão em multa, o percentual correto é 50%.

(B) Pode ser imposta nos casos de reincidência em falta punida com advertência ou em violação de proibição que não justifique a demissão, não podendo ultrapassar o limite de 90 dias.

CORRETA. É o que se extrai do art. 141 da LC 122/94.

(C) Será registrada permanentemente no histórico funcional do servidor, sem possibilidade de cancelamento, mesmo que ele não cometa novas infrações disciplinares ao longo de sua carreira.

ERRADA. As penalidades de advertência e de suspensão tem seus registros cancelados, após o decurso de 03 e 05 anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

(D) É obrigatoriamente aplicada sem possibilidade de conversão em multa, salvo nos casos em que o servidor provar a inexistência de dolo na infração cometida.

ERRADA. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão pode ser convertida em multa, na base de 50% por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

(E) Deve ser aplicada diretamente pelo Governador do Estado em qualquer situação, independentemente da gravidade da infração cometida pelo servidor.

ERRADA. A penalidade de suspensão, como regra, será aplicada pelo chefe da repartição do servidor ou pela autoridade que figurar imediatamente abaixo do Governador. Será o primeiro, quando a suspensão for até 30 dias; será o segundo quando for superior a isso.

25. (2025/IDECAN/SESAP/Superior) Leonardo, servidor público estadual, foi alvo de um processo administrativo disciplinar após suspeitas de irregularidades em sua atuação funcional. A comissão processante concluiu o relatório e enviou para julgamento. Durante a análise, a autoridade julgadora verificou que havia um vício insanável no processo, além de constatar que a penalidade prevista ultrapassava sua alçada decisória. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Complementar nº 122/1994.

(A) O pedido de exoneração de Leonardo antes da conclusão do julgamento encerra automaticamente o processo administrativo disciplinar, pois a penalidade administrativa não pode ser aplicada a quem não mais ocupa o cargo.

ERRADA. O servidor que responder a processo disciplinar só pode ser exonerado ou dispensado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a sua conclusão e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

(B) Se a penalidade aplicável ultrapassar a alçada da autoridade instauradora do processo, a decisão final ainda assim cabe a essa autoridade, conforme o princípio da autotutela.

ERRADA. Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este é encaminhado à autoridade que tenha competência para tal.

(C) Ao constatar um vício insanável, a autoridade julgadora deve anular total ou parcialmente o processo e determinar a constituição de uma nova comissão para renová-lo.

CORRETA. Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declara a nulidade total ou parcial do processo e ordena a constituição de outra comissão, para renová-lo (LC 122/94, art. 179).

(D) Caso a infração imputada a Leonardo esteja tipificada como crime, a autoridade julgadora não pode tomar providências administrativas e deve suspender o julgamento até a manifestação do Ministério Público.

ERRADA. Não se suspende, nem se interrompe o processo administrativo em situações como essa. Na verdade, quando a infração disciplinar também configurar crime, o processo disciplinar é remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando traslado na repartição.

(E) O julgamento deve obrigatoriamente seguir as conclusões da comissão processante, não cabendo à autoridade julgadora declarar nulidade do processo, ainda que haja vícios insanáveis.

ERRADA. O julgamento não fica adstrito às conclusões do relatório da comissão. Ele se vincula às provas dos autos. Frise-se, ainda que, como já exposto no comentário da alternativa "C", verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declara a nulidade total ou parcial do processo e ordena a constituição de outra comissão.¹

¹ GABARITO: 21-D 22-A 23-E 24-B 25-C